

## REPERCUSSÕES TERRITORIAIS DECORRENTES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NO MUNICÍPIO DE SAUDADES-SC

Anelise Graciele Rambo

UFFS

Renata Hübner

UFFS

### Resumo

A modernização agrícola provocou inúmeras transformações no campo, modificando as formas de produção e uso do território. Na região Oeste de Santa Catarina e, particularmente no município de Saudades, as repercussões territoriais da modernização da agricultura se expressaram principalmente através da integração do agricultor familiar às agroindústrias. Essas mudanças atreladas à modernização do território, configuram um processo desigual de expansão do capital e das tecnologias, pois não atingiu todos os agricultores. Um número considerável de agricultores familiares no município de Saudades foi excluído do processo de modernização da agricultura, enquanto outros foram inseridos, mas de forma subordinada à dinâmica do grande capital. Diante disso, se destaca o papel das políticas públicas destinadas à agricultura familiar, criadas a partir da década de 1990. Consideramos que estas representam um importante meio para a criação de novas alternativas e oportunidades capazes de garantir a manutenção dos produtores familiares presentes no município. Assim sendo, esta pesquisa teve como objetivo analisar o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a fim de investigar em que medida esta política pública está possibilitando repercussões territoriais expressas por meio de novos usos do território pelos agricultores familiares e sua relação com desenvolvimento rural no município de Saudades-SC. Com a pesquisa, constatamos que o Pronaf viabilizou alternativas produtivas no município que implicaram na diversificação destas propriedades. No entanto, isso não ocorre de maneira ampla e geral, pois em grande medida, o programa tem financiado a produção de grãos e atividades ligadas aos grandes complexos agroindustriais.

**Palavras-chave:** Uso do território. Políticas públicas. Espaço rural. Agricultura familiar. Pluriatividade.

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o espaço rural brasileiro passou por inúmeras transformações, que podem ser caracterizadas por meio da introdução de novas formas de produção e uso do território. Por meio da modernização da agricultura, houve uma primeira mudança significativa no que se refere ao uso rural do território. Nesse momento, sobretudo na região sul do Brasil, a pequena produção mercantil policultora de base colonial, deixa a função de servir basicamente à produção do autoconsumo e comercialização do excedente, e passa à produção de monoculturas e *comodities*. Frederico (2013) afirma que se trata da expansão e consolidação da agricultura moderna, considerando que este modelo de produção e uso do território, que está fortemente vinculado ao capital e a tecnologia, é altamente dependente de insumos e agrotóxicos, e se desenvolve preferencialmente em grandes propriedades monocultoras, destinadas à exportação.

Este processo de modernização da agricultura, marcado pelo uso do território através do domínio do capital e das tecnologias, não foi alcançado por todos os agricultores. Uma considerável parcela da população rural passou a viver em condições precárias, seja no campo, seja na cidade. No último caso nos referimos à população que migrou para as periferias dos centros urbanos. Os agricultores familiares, objeto desta pesquisa, em grande parte, foram excluídos por este modelo de agricultura moderna ou subordinados ao grande capital que, segundo Graziano da Silva (1998) se inseriu na agricultura através da integração à grande agroindústria.

Na região Oeste de Santa Catarina, bem como no município de Saudades, a agricultura se caracteriza, em grande parte, pelo seu caráter familiar. Nesta região, a modernização da agricultura se deu principalmente através da integração do agricultor familiar às grandes agroindústrias de aves e suínos. O modelo agroindustrial da região serviu de base para o desenvolvimento econômico do oeste catarinense, no entanto, criou um ambiente de seleção e exclusão de agricultores. Isso ocorre, porque as agroindústrias elegem as propriedades rurais mais capitalizadas, e a maioria dos agricultores familiares não se adequa aos padrões exigidos por estas agroindústrias (FERRARI, 2003).

Por conta disso, nos últimos anos, os agricultores familiares vêm adotando dinâmicas diferenciadas, a fim de manter-se no espaço rural. Diante desse cenário e desta necessidade, surgem a partir dos anos 1990, políticas públicas específicas para esse grupo

de agricultores, como uma estratégia de melhoria das condições de vida no campo, criando elementos que possibilitem sua permanência e manutenção no espaço rural.

Dessa forma, este trabalho propõe-se a pesquisar as repercussões territoriais do Pronaf junto aos agricultores familiares do município de Saudades, e seus reflexos sobre o território. Buscou-se assim, investigar em que medida o Pronaf está possibilitando novos usos do território por parte dos agricultores familiares no município de Saudade, verificando, em especial, se esta política incentiva à diversificação nas propriedades rurais e de que forma ela estimula a produção de alimentos e práticas mais sustentáveis de produção no espaço rural do município.

Metodologicamente, o estudo tem caráter qualitativo, tendo sido realizadas 9 entrevistas com agricultores familiares e com entidades envolvidas na liberação de recursos do Pronaf, nos meses de setembro a novembro de 2014 no município Saudades/SC. Ademais, buscamos abordar a dinâmica do espaço rural, com base na perspectiva dos usos do território tal como nos trazem Santos e Silveira (2001).

Assim sendo, analisaremos o processo de ocupação do oeste de Santa Catarina, enfocando os usos do território decorrentes desta ocupação na região e no município de Saudades. Na sequência trataremos da escala local, através da caracterização do Pronaf no município de Saudades e o perfil dos agricultores familiares selecionados na pesquisa de campo. Por fim, constam as referências bibliográficas e os apêndices, formados pelos roteiros de entrevistas.

## **2. Os usos do território no espaço rural e suas repercussões territoriais**

No Brasil, não diferente do que ocorreu em outros países, o espaço rural, durante muito tempo, foi entendido como sinônimo de atraso e local exclusivo de atividades agrícolas. Atualmente, verifica-se uma nova dinâmica nesse espaço e por isso o mesmo não pode mais ser identificado como base de atividades essencialmente agrícolas. Graziano da Silva, Grossi e Campanhola (2002) apontam para a emergência de um “novo rural”, composto por um conjunto de novas atividades agrícolas e não-agrícolas.

Assim, considerando essas mudanças, identificamos que ao longo da história, o espaço rural passou por diferentes períodos e transformações, que se caracterizam através da introdução de novas formas de produzir e usar o território. Nesse sentido, adota-se a proposta de Santos e Silveira (2001, p.27) os quais definem que o uso do território é

determinado e construído pela sociedade, “por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares”. Dessa forma, parte-se da ideia que os usos do território são diferentes nos lugares e no tempo (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

No Oeste Catarinense, no período da colonização por imigrantes europeus e seus descendentes, os agricultores utilizaram o território basicamente para a produção diversificada para o autoconsumo e venda do excedente. Segundo Schneider (1999), a produção era voltada para o autoconsumo. Produzia-se diversos gêneros agrícolas destinados primeiramente à alimentação da família, somente após atender esta finalidade, é que o colono produzia excedentes para colocar no mercado (GAZOLA, 2004).

Contudo, especialmente a partir da década dos anos 1940 na região oeste catarinense, ocorreu a expansão das relações comerciais entre os agricultores e o mercado. O crescimento das relações com o comércio local acontece primeiramente, através da cultura e comercialização do fumo e mais tarde com a produção de suínos, e comercialização da banha (FERRARI, 2003).

Plein (2003, p.80) menciona que apesar da produção de fumo e banha não representarem a modernização tecnológica nas propriedades, estas atividades demonstram a transição da agricultura colonial. Estas atividades provocam uma maior “especialização dos processos produtivos” e, atrelado a isso, está o aumento da produção e mão de obra familiar. De outro lado, essas atividades também provocaram uma maior integração aos mercados e ao comércio.

Com isso, aos poucos o uso do território foi se modificando. Isso se dá principalmente através do avanço das transformações técnicas e produtivas decorrentes da modernização da agricultura, que se intensifica a partir da década de 1960, com a chamada Revolução Verde (BALSAN, 2006). Neste contexto, o uso do território assumiu novas características. Kageyama (2008) entende a modernização da agricultura enquanto uma nova maneira de produzir, pois ocorre uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, a base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada.

Para Santos e Silveira (2001) as repercussões territoriais do novo uso agrícola do território no período da modernização da agricultura resultam essencialmente das inovações técnicas e organizacionais. Mendonça (2004) defende que é fundamental pensar a modernização da agricultura a partir da modernização do território, pois as principais transformações na agricultura estão relacionadas à implantação de infraestruturas e

técnicas modernas no espaço rural. O autor ressalta ainda que o acesso ao capital e as técnicas modernas “ocorreu e está ocorrendo de forma diversa e altamente seletiva, configurando ‘ilhas de modernidade’” (MENDONÇA, 2004, p. 174). Isso ocorre porque a modernização da agricultura se deu de maneira parcial, pois ao mesmo tempo em que permitiu a uma minoria aliar tecnologia e alta produtividade, uma grande parcela da população rural passou a viver em condições precárias no espaço rural.

Nesta perspectiva, este modelo de produção e uso do território, pautado na modernização agrícola, apesar do avanço tecnológico e da produtividade aumentada, traz diversas consequências negativas, como a ampliação das desigualdades sociais, degradação ambiental e o êxodo rural. Segundo Camacho (2012, p.3), este modelo de agricultura segue a mesma lógica desigual e contraditória das relações capitalistas, pois “quanto mais se produz, mais gera exploração do homem e da natureza”.

Segundo Balsan (2006) a estratégia da modernização agrícola diante da inovação tecnológica além dos impactos econômicos e sociais provocados, ocasiona graves consequências ambientais.

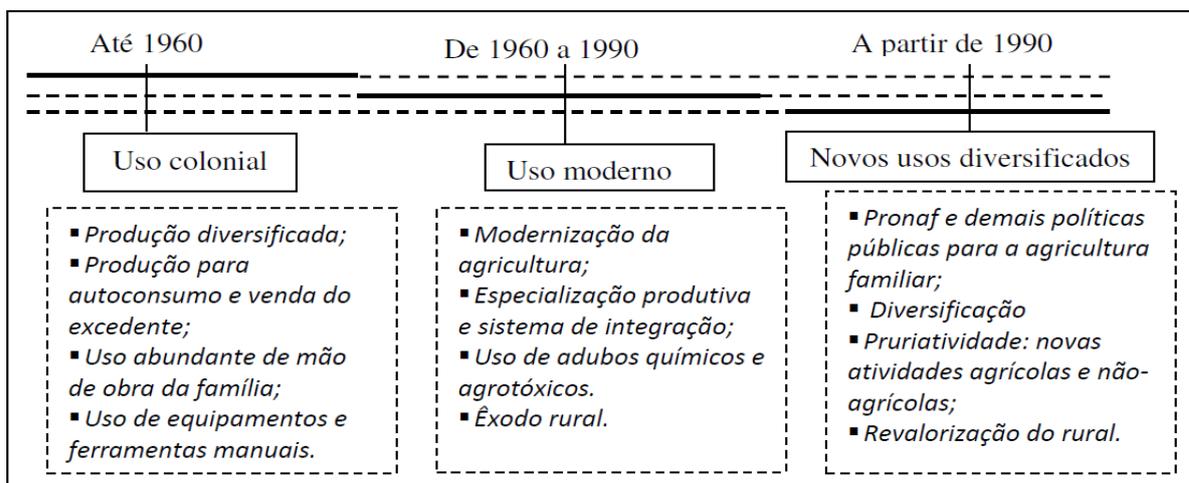
O processo de modernização agrícola, se por um lado aumentou a produtividade das lavouras, por outro, levou a impactos ambientais indesejáveis. Os problemas ambientais mais frequentes, provocados pelo padrão produtivo monocultor foram: a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos (BALSAN, 2006, p. 141).

Nessa perspectiva ainda, importa destacar e citar que grande parte dos agricultores familiares, objeto de pesquisa neste trabalho, foram excluídos por este modelo de agricultura moderna. Este grupo de pequenos agricultores rurais familiares foi forçado a criar novas estratégias e alternativas a fim de sobreviver e manter-se no espaço rural. Para isso, adotaram dinâmicas diferenciadas, que se caracterizam através de um processo de diversificação de cultivos e atividades na propriedade e fora dela. Dessa forma, os produtores familiares adotam outro uso do território, tendo em vista que as técnicas empregadas e a infraestrutura disponível não é a mesma da agricultura moderna. A pluriatividade é a principal característica deste novo uso do território.

Frente a isso, entende-se a pluriatividade como uma estratégia familiar de reprodução social e econômica, que corresponde ao processo de diversificação dentro e fora da propriedade e a emergência de novas atividades que ganham lugar no espaço rural (SCHNEIDER, 2009). Diante desse cenário, Graziano da Silva et al (2002) apontam para a emergência de um “novo rural”, composto por um conjunto de novas atividades agrícolas e não-agrícolas. Essas novas atividades já existiam há muito tempo, mas só recentemente adquiriram importância econômica. Ou seja, são dadas novas funções a antigas formas e processos (SANTOS, 2008). Entre as atividades que foram transformadas em importantes alternativas de emprego e renda no espaço rural, citadas pelos autores, estão piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.

Para finalizar esta seção, a figura a seguir parece pertinente.

**Figura 1:** Caracterização dos usos do território no espaço rural ao longo dos anos



**Fonte:** elaboração própria.

A figura propõe apresentar os usos do território no espaço rural ao longo dos anos, buscando sistematizar as ideias expostas até este momento. Embora Santos e Silveira (2001) apontem que os usos do território são diferentes nos lugares e no tempo<sup>1</sup>, é possível estabelecer uma aproximação entre os usos rurais ao nível de Brasil, do oeste catarinense e mesmo do município de Saudades, destacando as técnicas usadas e os reflexos sobre o espaço.

<sup>1</sup> Alguns usos coexistem ao longo dos anos, no entanto foram mais intensos em certo período. Isso é representado no quadro através da linha em negrito, pois considera-se que muitos usos não deixaram de existir, apenas se tornaram mais intensos.

Nessa trajetória histórica de usos do território, as políticas sempre mostraram papel importante. Inicialmente estas eram caracterizadas mais fortemente por um viés agrícola, passando a ter um viés de desenvolvimento rural, a partir dos anos 1990. Na sequência será destacada a política do Pronaf, mais antiga e mais ampla política pública destinada exclusivamente à agricultura familiar. Buscar-se-á evidenciar como o Pronaf possibilita novos usos do território rural.

### **3. O Pronaf e os (novos) usos do território**

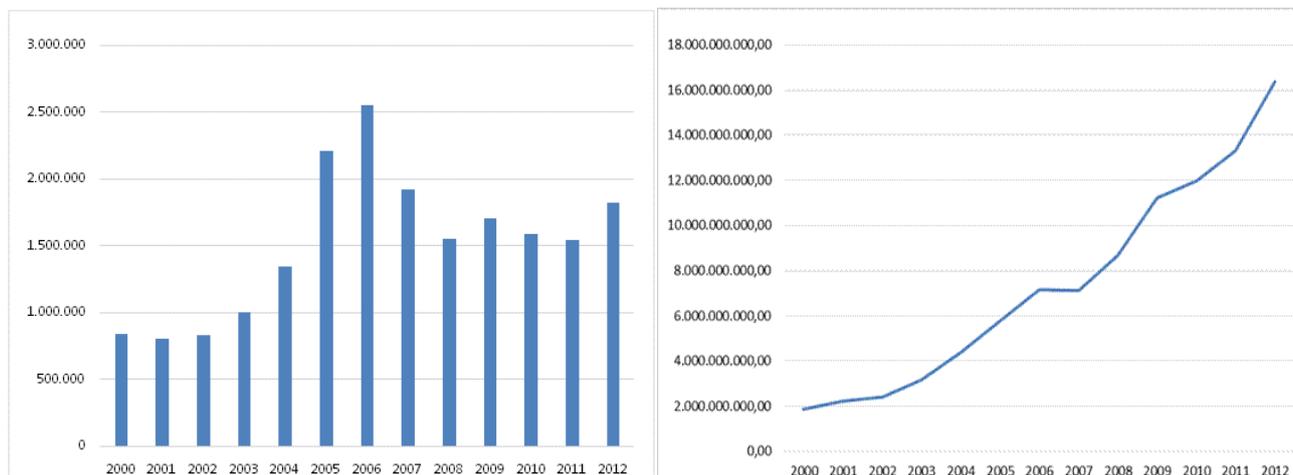
A década de 1990 representa uma mudança efetiva no cenário das políticas públicas de desenvolvimento rural. Os agricultores familiares que historicamente ficaram à margem dos benefícios oferecidos pelas políticas públicas, são reconhecidos através da institucionalização de programas específicos e direcionados para esse grupo social.

O Pronaf foi institucionalizado e regulamentado como um programa governamental e propõe promover o desenvolvimento da agricultura familiar. Em junho de 1996, passou a integrar o Orçamento Geral da União e, partir daquele ano, o Pronaf tem se estabelecido como a principal política pública de apoio aos agricultores familiares (HESPANHOL, 2000).

Para Veloso (2011) ao longo dos anos de 1999 à 2008, o Pronaf sofreu profundas modificações e aprimoramentos normativos: alterações nos grupos de enquadramento dos beneficiários do programa e nas linhas de crédito ofertadas. O autor aponta que essas mudanças nas linhas de crédito acontecem para que sua estrutura se adequasse a atual diversidade da agricultura familiar. O Pronaf governo passou a incluir também as atividades não agropecuárias, e ampliou o grupo dos agricultores familiares, envolvendo os quilombolas, extrativistas, indígenas, silvicultores, agricultores e pescadores.

Além de uma ampliação no escopo das linhas de crédito, nos gráficos a seguir é possível observar a evolução dos contratos e recursos destinados ao financiamento rural pelo Pronaf, entre os anos de 2000 a 2012. No referido período de foram efetuados 19,7 milhões de contratos pelo programa e o montante de recursos disponibilizados foi de R\$ 95,6 bilhões.

**Gráfico 1.** Evolução dos Financiamentos rurais concedidos no país pelo PRONAF por número de contratos (esquerda) e volume de recursos (direita) entre os anos de 2000 a 2012



**Fonte:** Anuário estatístico do crédito rural (2014)

Constata-se que no período analisado, o maior avanço do montante de recursos aplicados se deu no ano de 2012, quando houve um incremento de R\$ 3,05 bilhões. Em geral, observa-se que com o passar dos anos houve um acréscimo no volume dos recursos, o que não se refletiu no aumento do número de contratos realizados. Estes diminuíram a partir de 2007. Isso pode ser um indicativo de que nos últimos anos reduziu o número de agricultores familiares beneficiados pelo Pronaf, considerando também que aqueles que acessaram o programa obtiveram um volume maior de recursos por contrato.

Em relação aos principais avanços do Pronaf no decorrer destes anos, Mattei (2006) aponta seis aspectos que qualificaram a referida política. O primeiro avanço refere-se à descentralização das políticas públicas, criando mecanismos e instituições que aproximaram as esferas nacional, estadual e local. Como um segundo avanço, criou-se também canais de participação da sociedade civil, expressos, sobretudo pelos conselhos municipais, permitindo uma gestão social da política, o que a torna mais representativa e democrática. Um terceiro avanço diz respeito à complementaridade entre esferas públicas e organizações da sociedade civil levando ao fortalecimento do tecido social. Um quarto elemento está relacionado à expansão do programa a todos os municípios do país ampliando a possibilidade de acesso dos agricultores ao sistema financeiro. Um quinto ponto destacado se refere à eficiência produtiva do Pronaf, devido à relação positiva entre acesso ao sistema financeiro e a produtividade das lavouras familiares. Um sexto aspecto destacado é o

avanço da conscientização acerca de ações associativas e cooperativas bem como o envolvimento nos debates sobre os rumos do desenvolvimento rural.

Mattei (2006) também aponta as principais limitações do programa. Segundo este, a primeira, de caráter amplo, diz respeito ao fato de que o Pronaf não conseguiu mudar o padrão de desenvolvimento agrícola que vigora no país desde o pós-guerra, “uma vez que tem incentivado o uso generalizado de insumos modernos, dificultando a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável”. Um segundo elemento apontado pelo autor, refere-se aos planos de desenvolvimento rural que segundo este se limitam a encaminhar as ações do programa, sem maiores discussões sobre a realidade da agricultura familiar e mudanças possíveis.

Guanziroli (2007) direciona suas críticas a distribuição dos recursos do Pronaf, tanto em termos regionais, como sociais. Destaca que ao longo do tempo, a região sul, concentrou o maior número de contratos e volumes de recursos, em detrimento da região norte e nordeste e historicamente beneficiou os agricultores mais capitalizados. Ainda quanto às limitações do programa, Hespanhol (2000) demonstra que o Pronaf desde a sua implantação, beneficiou os agricultores capitalizados que estavam mais integrados ao complexo agroindustrial, pois estes oferecem maiores garantias e contrapartidas ao sistema financeiro.

No entanto apesar das críticas, não há dúvida que o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, considerando a ampliação dos recursos e contratos nas regiões nordeste e norte e a abrangência atual de 97% dos municípios do país (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014). Também não existem dúvidas, segundo avaliação de Veloso (2011, p.47) que evoluiu o montante de recursos financeiros disponibilizados aos agricultores desde 1996, que “desenvolveu programas específicos para diversas categorias de produtores e reforçou a infraestrutura dos agricultores familiares e dos municípios em que estão inseridos no programa”.

#### **4. Os novos usos do território no município de Saudades a partir do Pronaf**

Após a breve caracterização dos usos do território e do Pronaf, discutiremos na sequência, os usos no espaço rural do município de Saudades – SC, especialmente a partir do acesso ao Pronaf pelos agricultores familiares daquele município.

Vale destacar inicialmente que Saudades, até o início de sua colonização, era marcado pela presença de índios e caboclos. Esse primeiro uso do território modificou-se a

partir do processo de colonização que iniciou no ano de 1931, quando chegaram os primeiros imigrantes, oriundos do Rio Grande do Sul (ABRAMOVAY et al., 1998). Até aquele momento, uso do território se deu com base em pequenas propriedades, sustentadas pela policultura. Mais tarde, esta pequena propriedade começa a criar um significativo excedente de produtos coloniais, principalmente de milho e suínos, produção que veio a ser absorvida pelas primeiras agroindústrias da região. Isso vai redundar no moderno sistema de integração de produção de aves e suínos, integrando algumas famílias e excluindo outras (RAMBO, 2012).

No que se refere ao Pronaf no município de Saudades – que *a priori*, parece incentivar novos usos diversificados do território – há três instituições bancárias que operam seus: Banco do Brasil, SICOOB, CRESOL<sup>2</sup>. Quanto ao acesso aos recursos do Pronaf, no ano de 2012, os agricultores de Saudades realizaram 1.555 contratos e receberam um montante de R\$ 15.193.234,70 conforme pode ser observado na tabela que segue.

**Tabela 4.** PRONAF- Número de contratos e montante de crédito disponibilizado no município de Saudades – SC no ano de 2012

Finalidade / Atividade	Custeio		Investimento		Total	
	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
<b>Agrícola</b>	419	3.830.762,01	357	3.502.473,57	776	7.333.235,58
<b>Pecuária</b>	246	2.886.546,71	533	4.973.452,41	779	7.859.999,12
<b>Total</b>	665	6.717.308,72	890	8.475.925,98	1555	15.193.234,70

Fonte: Anuário estatístico do crédito rural (2014).

Ao analisarmos os dados de acesso aos recursos do Pronaf em Saudades, segundo o Anuário Estatístico de Crédito Rural (2012), nota-se que no município predominaram os

<sup>2</sup> Procuramos e dialogamos com as três instituições, mas o Banco do Brasil não pôde disponibilizar dados sobre o número de contratos e volume de recursos disponibilizados, tal como Cresol e Sicoob.

contratos de crédito para investimento. No ano de 2012, dos 1.555 contratos realizados, 57,2% eram de investimento, e 42,8% eram destinados para o custeio da produção.

Diante disso, o município não segue o mesmo perfil do estado de Santa Catarina, tendo em vista os dados do referido Anuário. Os números demonstram predomínio de contratos para custeio no estado. Observa-se que no ano de 2012, SC realizou 142.301 contratos, sendo que os de crédito para custeio prevaleceram no estado, chegando a 57,4% (81.655 contratos), totalizando 60.646 contratos para esta finalidade. Dentro dos contratos de custeio realizados no estado, os de custeio agrícola para lavoura, especialmente para plantações de milho (38.834 contratos) se destacam.

Isso demonstra que o Pronaf vem, em parte, fomentando o modelo da Revolução Verde, incentivando a produção de grãos e *commodities*, e menos alternativas pautadas na diversificação e pluriatividade. Desse modo, segundo Gazolla (2004), o programa promove a especialização produtiva das atividades com o cultivo preferencial de poucas culturas na unidade de produção, sendo uma contradição do programa que se propunha uma política diversificada em termos de usos do espaço rural.

Já, segundo dados da pesquisa de campo, obtidos em entrevista com a Cresol e Sicoob, observa-se que tem prevalecido os recursos para a modalidade custeio, além de características distintas quanto às modalidades de crédito que cada instituição oferece.

A cooperativa Cresol disponibiliza, além das modalidades de investimento e custeio, linhas de crédito especiais para jovens e mulheres, como pode ser observado a seguir:

**Tabela 5.** PRONAF- Montante de recursos disponibilizados através da Cresol no município de Saudades entre os anos de 2005 a 2013

<b>Linha de Crédito</b>	<b>Volume de recursos</b>
<b>Custeio Agrícola</b>	3.795.000,00
<b>Custeio Pecuário</b>	3.376.440,00
<b>Linha Emergencial 2012/2013</b>	1.200.000,00
<b>Pronaf investimento*</b>	2.850.852,00
<b>Pronaf Mais Alimentos</b>	1.339.694,00
<b>Pronaf Jovem</b>	30.000,00
<b>Pronaf Mulher</b>	185.029,00
<b>Pronaf Agroindústria</b>	62.300,00

---

<b>Total Geral</b>	<b>12.839.315,00</b>
--------------------	----------------------

---

\*Linha extinta em 2013

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2014.

Entre os financiamentos disponibilizados através da Cresol se destacam aqueles da modalidade de custeio, (Custeio Agrícola, Custeio Pecuário e Pronaf Emergencial) que segundo MDA (2014), se destinam ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização da produção.

Diferentemente, do que ocorre na Cresol, a Sicoob opera somente o Pronaf Custeio Agrícola e Pecuário e o Pronaf Mais Alimentos, predominando, da mesma forma, os investimentos destinados ao custeio.

**Tabela 6.** PRONAF- Montante de recursos disponibilizados através da SICOOB no município de Saudades nos anos de 2012 e 2013

<b>Finalidade</b>	<b>Total de recursos (R\$)</b>
<b>Custeio Agrícola</b>	15.628.535,35
<b>Custeio Pecuário</b>	3.243.172,87
<b>Pronaf Mais Alimentos</b>	15.523.176,21

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2014.

Essa distinção nas linhas de crédito disponibilizadas pode-se explicar, considerando que as instituições trabalham com um perfil de associados distinto, podendo determinar a busca de linhas especiais como o Pronaf Mulher, o Pronaf Jovem e o Pronaf Agroindústria.

De maneira geral, agrupando os dados das duas instituições é possível destacar que as linhas de crédito mais acessadas são o Pronaf Custeio seguido do Pronaf Mais Alimentos (investimento). As primeiras se destacam tanto pelo número de contratos quanto pelo total de recursos disponibilizados.

Assim sendo, os dados obtidos através das cooperativas de crédito vão de encontro aos dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural, pelo qual predominam, no município, os recursos de investimento. Essa dissonância possivelmente decorra dos projetos financiados pelo Banco do Brasil, que segundo informações do próprio banco, se concentram no Pronaf Mais Alimentos.

Embora os recursos destinados à linha custeio, sobretudo pela Cresol, em alguma medida, promovam atividades diversificadas nas propriedades – pecuária leiteira, piscicultura, suinocultura e gado de corte – é possível concordarmos com Mattei (2006), quando o autor aponta que por predominar o custeio em relação ao investimento, financiando, sobretudo, insumos modernos que aumentam a produtividade, há poucos efeitos sobre a capitalização das famílias. Isso incentiva ainda a especialização da produção uma vez que o crédito de custeio destina-se um número reduzido de culturas.

É importante destacar que das mais recentes modalidades de financiamento – Pronaf Mais Alimentos (destinado a financiar projetos ligados à produção de alimentos), Agroecologia, Mulher, Eco, Agroindústria, Jovem e Floresta – os dados de campo demonstram que no município, muitas destas linhas não estão sendo nem operacionalizadas. Por exemplo, o Pronaf agroecologia que poderia estar agregando valor à produção de muitos agricultores familiares, promovendo segurança alimentar e nutricional e assim, um desenvolvimento rural mais sustentável, é uma das linhas que não é ofertada pelas agências bancárias.

São raras as experiências em que as instituições bancárias financiam práticas agroecológicas e sustentáveis no município. O Banco do Brasil relatou que no ano de 2009 concedeu um financiamento para construção de um biodigestor, através da linha de crédito do Pronaf Eco. As demais instituições bancárias não registraram nenhum financiamento através das linhas crédito do Pronaf Agroecologia ou Pronaf Eco. Isso, de certa forma, inibe o desenvolvimento de novas práticas e atividades no espaço rural do município, incluindo a produção de alimentos e as práticas de produção mais sustentáveis que poderiam criar novas oportunidades de desenvolvimento aos agricultores familiares.

Veloso (2011, p. 46), com base em Schneider (2004) aponta que o Pronaf tem levado os agricultores a uma “especialização produtiva”. Isso se dá, segundo o autor porque “as instituições bancárias tem financiado os produtos que historicamente já têm sido beneficiados e, conseqüentemente, tem se reproduzido o padrão de desenvolvimento vigente”.

Gazolla e Schneider (2013) consideram que isso afeta e compromete a diversificação nas propriedades e a produção de alimentos,

Este tipo de especialização da produção gerada pelo Pronaf contribui para a redução da diversidade dos sistemas produtivos e reduz a autonomia

das unidades familiares, minando uma das principais características dos processos de reprodução social da agricultura familiar, que é a diversificação de cultivos por ela implementados e manejados (...). Neste sentido, nossas evidências apontam que os agricultores financiam o plantio de milho ou soja, mas as pequenas produções e o cultivo de alimentos ficam relegados a um plano secundário dentro da dinâmica das unidades de produção (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2013, p. 56).

Esta especialização produtiva também é evidenciada através dos dados da pesquisa de campo adquiridos junto a Cresol. Segundo a instituição, das principais atividades financiadas pela modalidade custeio agrícola, destacam-se os investimentos em lavouras de milho, soja e trigo. Já o custeio pecuário se destina a atividade de pecuária leiteira, piscicultura e suinocultura.

Já na modalidade investimento, segundo a Cresol, os contratos de investimento agrícola no município são destinados a financiar atividades de correção de solo e aquisição de implementos, tais como tratores, plantadeiras, colheitadeiras, caminhonetes e caminhões. Já os contratos de investimento pecuário são voltados essencialmente ao melhoramento genético, aquisição de equipamentos e infraestrutura. Isso também pode ser observado na tabela a seguir.

**Tabela 7.** Número de estabelecimentos agropecuários e valor dos investimentos da agricultura familiar por tipo de investimento no município de Saudades, no ano de 2006.

<b>Tipos de Investimento</b>	<b>Número de estabelecimentos agropecuários que investiram (Unidades)</b>	<b>Valor dos investimentos (mil reais)</b>
<b>Terras adquiridas</b>	32	1.087
<b>Bens imóveis (prédios, instalações e benfeitorias)</b>	209	2.524
<b>Novas culturas permanentes</b>	3	12
<b>Novas matas plantadas</b>	3	2
<b>Novas pastagens</b>	216	222
<b>Veículos novos</b>	6	28

<b>Veículos usados</b>	11	72
<b>Máquinas e implementos novos</b>	72	283
<b>Máquinas e implementos usados</b>	40	395
<b>Tratores novos</b>	3	234
<b>Tratores usados</b>	17	303
<b>Compra de animais para reprodução e/ou trabalho</b>	178	387

**Fonte:** IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

Os dados da tabela (embora não se refiram unicamente ao PRONAF) demonstram que, para além das terras adquiridas e dos bens imóveis, uma grande quantidade dos estabelecimentos agropecuários investiu na compra de animais, podendo-se a isso associar as novas pastagens. Isso demonstra a importância da pecuária, sobretudo da atividade leiteira no município, atividade esta que também se destaca na região oeste como um todo.

Por outro lado, não se pode deixar de destacar os significativos recursos destinados à aquisição de terras. Ao estabelecer um paralelo entre aquisição de terras (possivelmente via política do Crédito Fundiário) e o Pronaf, isso alerta para a complementaridade dessas políticas. Ou seja, a estruturação das propriedades passará pelo acesso a linhas do Pronaf. Pelo cenário desenhado, seja pelos dados de campo, seja pelas análises realizadas por outros autores acerca do Pronaf, parece que o Programa pouco contribui para mudar o padrão de desenvolvimento agrícola promovido pela modernização da agricultura.

Por outro lado, importa ressaltar que os contratos do município em sua maioria são destinados a agricultores enquadrados no Grupo C (uma renda bruta anual entre R\$ 2.000,00 a R\$ 14.000,00), como pode ser visto na tabela a seguir. No ano de 2006, dos 549 estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento através do Pronaf, 281 se enquadravam neste grupo, o que representa 51% das unidades. A predominância de agricultores enquadrados neste grupo de financiamento se dá porque no município prevalecem as pequenas propriedades que não atingem um nível de renda bruta anual muito elevado.

**Tabela 8.** Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento e Valor dos financiamentos obtidos através do PRONAF, no ano de 2006 (MDA – PRONAF)

Município	Linhas do Pronaf	Número de estabelecimentos que obtiveram financiamento (Un)	Valor dos financiamentos obtidos (Mil Reais)
Saudades – SC	Pronaf A	46	295
	Pronaf B	16	56
	Pronaf C	281	1.089
	Pronaf D	194	1.216
	Pronaf E	12	194

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006)

Embora os dados secundários e a pesquisa realizada junto às instituições financeiras apontem para o fato de o Pronaf estar reproduzindo o uso do território muito mais próximo àquele preconizado pela modernização da agricultura, as entrevistas juntos aos agricultores familiares apontam que o programa vem possibilitando novos usos do território, uma vez que o desenvolvimento de novas atividades pelas famílias entrevistadas só se efetivou através dos recursos provenientes do Pronaf.

#### **4.1 ANALISANDO OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO A PARTIR DO ESTUDO DE PROPRIEDADES RURAIS SELECIONADAS NO MUNICÍPIO DE SAUDADES – SC**

Como mencionado anteriormente, pelos dados secundários e mesmo pelos dados disponibilizados pelas cooperativas de crédito é difícil evidenciar a diversidade da paisagem rural de Saudades. Frente a isso, buscou-se selecionar agricultores familiares que representassem essa diversidade, procurando reunir e caracterizar diferentes atividades que vem sendo desenvolvidas, mas que ficam menos evidentes nos dados já apresentados.

Os agricultores selecionados representam aqueles integrados à agroindústria (avicultores, fomicultores e produtores de leite), aqueles que representam o desenvolvimento de atividades produtivas diferenciadas como a comercialização de ovos, verduras e peixes, e ainda, a experiência de uma pequena agroindústria familiar, tal como exposto no quadro a seguir:

**Quadro 4.** Classificação das seis famílias de agricultores familiares entrevistados segundo atividades realizadas na propriedade

Família entrevistada	Atividades desenvolvidas nas propriedades	Linhas do Pronaf acessada	Área da propriedade
01	Produção de grãos e verduras (tomate, melancia, rúcula, alface, repolho, trigo, soja e milho)	Pronaf Mais Alimentos Microcrédito Proagro	16 ha
02	Bovinocultura de leite e comercialização de ovos (efetivo de 250 galinhas poedeiras)	Pronaf Custeio Pronaf Mais Alimentos	13 ha
03	Avicultura	Pronaf Investimento	4,5 ha
04	Bovinocultura de leite e feira livre	Pronaf Custeio	5,5 ha
05	Fumicultura, piscicultura e grãos.	Pronaf Custeio Pronaf Investimento	16,5 ha
06	Bovinocultura de leite e agroindústria de panificação.	Pronaf Mais Alimentos Pronaf Agroindústria	9 ha

**Fonte:** organização própria.

Dessa forma, os dados coletados na pesquisa de campo auxiliam e complementam as análises sobre o Pronaf. Evidencia que a Política está atendendo distintos perfis de agricultores familiares no município de Saudades, auxiliando e fomentando novas formas e usos do território, muito embora isso ocorra de forma pontual.

Dessa forma, é importante registrar que entre os agricultores entrevistados, verificou-se uma variação de 4,5 a 16,5 ha no que se refere ao tamanho das propriedades. Isso demonstra a dificuldade e a necessidade destes agricultores familiares buscarem alternativas econômicas viáveis em pequenas áreas. Diante disso, conforme aponta Veloso (2011) o Pronaf exerce um papel fundamental, pois possibilita o financiamento e desenvolvimento de diversas atividades produtivas e assegura a reprodução social e econômica destes agricultores familiares.

No que se refere às pessoas ocupadas nestas unidades produtivas, se tem uma média de 2,5 pessoas trabalhando na propriedade rural, sendo que em nenhuma destas propriedades os jovens participam do trabalho em atividades agrícolas. Em dois estabelecimentos a pessoa que está à frente das atividades na propriedade já é

aposentada. Isso demonstra as dificuldades quanto à continuidade da pequena propriedade rural familiar no município e evidencia principalmente o envelhecimento da população rural que, segundo Abramovay et al (1998), ocorre justamente devido à saída da maioria dos jovens da propriedade rural para os grandes centros urbanos. Para Aguiar (2006, p.100) “a busca por novas alternativas tem levado, também, muitos jovens de Saudades a optarem por novas trajetórias, ou seja, a migrarem para as cidades. O fator da migração tem afetado diretamente a população jovem e ameaçado a continuidade da gestão e do trabalho na unidade familiar”.

Cabe frisar também, que em apenas duas propriedades selecionadas tem-se na atividade agropecuária a única fonte de renda. Nestes casos não existe nenhuma renda que seja externa ao estabelecimento agropecuário. No entanto, nas demais propriedades as fontes de renda são diversificadas, considerando que em três propriedades há membros da família que obtêm renda fora da propriedade, trabalhando em atividades urbanas, quais sejam, construção civil (pedreiro), técnico agrícola, e professor. Observou-se ainda neste grupo de entrevistados, que a aposentadoria integra a renda de quatro famílias. Isso se deve principalmente à idade avançada da maioria destes agricultores familiares.

Das seis propriedades familiares onde foram realizadas entrevistas, todas elas já obtiveram financiamento através do Pronaf, ao menos uma vez. Duas afirmam acessar os recursos anualmente. Em relação ao motivo que levou estas famílias acessar o Pronaf, estes agricultores apontaram como principal motivação, a falta de recursos para investir na produção e a oportunidade de modernizar a propriedade. Vejamos alguns depoimentos:

*Porque com o Pronaf conseguíamos realizar melhorias na propriedade, ele viabilizou a aquisição de alguns equipamentos para a nossa propriedade que não tínhamos condições de comprar (Agricultor familiar nº 02).*

*O principal motivo que me incentivou a acessar o Pronaf foi o juro barato, e por não ter o giro financeiro para custear a lavoura (...). Com o dinheiro do investimento você consegue negociar melhor os insumos e sementes, e investir mais para colher melhor (Agricultor familiar nº 05).*

A modalidade investimento é a mais destacada entre os agricultores familiares entrevistados. No entanto, muitos destacam que já utilizaram as duas modalidades, tanto para a finalidade de custeio da produção como para o investimento.

Em relação aos benefícios que o Pronaf trouxe para estas propriedades, a maioria dos agricultores familiares entrevistados, destacou a melhoria das infraestruturas da propriedade, como estufas, sala de ordenha, resfriadores de leite, açudes, sistema de irrigação, pastagens e construção de galpões. Nesse sentido, os agricultores também relataram algumas mudanças na propriedade, que representam novas atividades e novas maneiras de produzir e usar o território. É o que se pode observar nos depoimentos a seguir, sobre as mudanças que o Pronaf trouxe para a propriedade, o que se produzia antes e o que se passou a produzir a partir do acesso ao programa:

*Antes nós produzía grãos, mas como não tinha muita terra nós plantava pra cobrir as despesas (...) com o dinheiro do Pronaf em 98 começamos a realizar a feira-livre dos produtos que produzimos na agricultura, como leite, feijão, mandioca, ovos, frango caipira e algumas verduras. Hoje com a produção da família todos os sábados, levamos nossa produção para a feira-livre e agregamos valores, para continuarmos produzindo e nos mantendo aqui na roça (Agricultor familiar nº 04).*

*Antes de acessar o Pronaf plantava milho e fumo, mas como ficamos com pouca mão de obra, só ficou eu e o pai, optamos pelo leite. Com o Pronaf financiamos uma sala de ordenha e a compra de vacas para renovar o plantel, e com isso conseguimos melhorar a produção e a qualidade do leite. Hoje também vendemos ovos para a merenda escolar (Agricultor familiar nº 02).*

*Antes de vender verduras, plantávamos apenas grãos, milho e soja, e tínhamos 7 vacas de leite. Com o Pronaf investi em estufas e irrigação, pra não perder a produção por que no final de cada ano a seca nos prejudicava. Depois utilizei o Pronaf para comprar um trator e um carro para distribuir os produtos. Hoje nossa fonte de renda é as verduras, temos duas vacas de leite, somente para nosso consumo (Agricultor familiar nº 01).*

*Se produzia a mesma coisa só que estamos investindo mais e colhendo melhor por hectare. Já trabalhávamos com o fumo, mas com os recursos do*

*Pronaf se tornou mais fácil. (...) mudou que hoje temos cinco açudes e vendemos peixe para o Albany<sup>3</sup> que comercializa depois (Agricultor nº 05).*

Estes depoimentos demonstram que o Pronaf vem possibilitando a diversificação da produção aos agricultores familiares do município, considerando que a maioria dos entrevistados se dedica a mais de uma atividade em seu estabelecimento agropecuário, e muitas destas atividades foram financiadas através do Pronaf. Destaca-se nesta perspectiva, os três açudes financiados através do Pronaf pelo agricultor entrevistado nº 5, as estufas e irrigação financiados pelo agricultor entrevistado nº 1 e a agroindústria familiar de panificação do agricultor entrevistado nº 6, o que evidencia novos usos do território pelos agricultores familiares pesquisados.

Nesse sentido, ao analisar se o Pronaf apoia a agricultura familiar e em que medida promove a diversificação, Gazzola e Schneider (2013) destacam que mesmo que existam algumas contradições no programa em relação ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar

deve-se reconhecer também que esta política é importante para a reprodução social e a manutenção dos agricultores nos espaços rurais. (...) evidencia-se que o Pronaf exerce um tipo específico de fortalecimento dos agricultores, que passa pelo financiamento de atividades produtivas e econômicas que levam as propriedades rurais a se diversificarem internamente e setorialmente. Evidencia-se que esta política, mesmo de uma forma periférica em alguns casos, e de forma direta em outros, tem estimulado algumas das pequenas produções e criações, a alimentação básica das famílias e fortalecido um tipo de agricultura mais diversificada (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013, p.59).

Diante deste cenário verificou-se que os agricultores selecionados que optaram por estas novas atividades e novos usos do território buscavam, sobretudo, uma maior autonomia sobre sua produção e comercialização. Veloso (2011) defende que a diversificação de atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares é importante, pois

---

<sup>3</sup>Albany, a que se refere o agricultor é o proprietário de um frigorífico de peixes, localizado no município de Pinhalzinho-SC.

compõe e integra a renda destas famílias. Isso diminui a dependência das grandes agroindústrias e fornece maior segurança econômica e social a estes agricultores.

Outro aspecto observado na pesquisa de campo, diz respeito à pluriatividade nas unidades produtivas selecionadas. Segundo Schneider (2007, p.17) “a pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família”.

Este é o caso do agricultor entrevistado nº 03, este possui uma área de 4,5 ha e tem na avicultura sua principal fonte de renda na agricultura. O agricultor relata que há 9 anos busca fontes de renda fora da propriedade. Isso ocorreu, segundo o entrevistado, porque a área de sua propriedade é muito pequena, dificultando investimentos em novas atividades dentro da propriedade. Dessa forma, sua esposa é responsável por conduzir as atividades do aviário enquanto ele atua como pedreiro. A família do agricultor nº 2, com produção de ovos e leite, também pode ser caracterizada como pluriativa, uma vez que a força de trabalho familiar é composta pelo entrevistado, sua esposa que trabalha como professora na cidade, seu pai e sua mãe que atualmente recebem aposentadoria.

Por fim cabe dizer que, de maneira geral, o Pronaf não tem apoiado a diversificação nas propriedades e a produção de alimentos, pois em grande medida tem financiado a produção de grão e atividades ligadas aos grandes complexos agroindustriais. O que é necessário destacar, é que em alguns casos, o Pronaf tem viabilizado novos usos do território por meio da diversificação nas propriedades, ao financiar atividades como a piscicultura, produção de hortaliças e agroindústrias familiares, o que é destacado pelos entrevistados como algo muito importante para sua reprodução social e econômica. Nesse sentido, é importante ressaltar a necessidade de a referida política pública despender mais esforços no incentivo a diversificação das atividades rurais, bem como no fomento a pluriatividade, tendo em vista a importância desses elementos no desenvolvimento rural, tal como apresentado no início deste trabalho.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com este trabalho buscamos analisar os novos usos do território decorrentes da política pública do Pronaf no município de Saudades-SC. Procuramos compreender se o programa promoveria a diversificação nas propriedades, a produção de alimentos, bem como, investigar se diante dos impactos sociais e ambientais gerados pela modernização da agricultura, o Pronaf beneficia os agricultores familiares e as práticas mais sustentáveis de

produção no espaço rural do município. Ao longo do trabalho pautamos nossa reflexão na articulação das análises teóricas com os dados de fonte primária e secundária.

Nossa reflexão partiu da compreensão que ao longo da história, o espaço rural brasileiro passou por inúmeras transformações, que podem ser caracterizadas por meio da introdução de novas formas de produção, o que representou novos usos do território. Por meio da modernização da agricultura, houve uma primeira mudança significativa no que se refere ao uso rural do território através da implantação de infraestruturas e técnicas modernas no espaço rural. Na medida em que se acentuou esta modernização da agricultura, expresso na região oeste catarinense pelo modelo produtivo da integração agricultura familiar/grande agroindústria, gerou-se uma modernização seletiva no campo, considerando que esta modernização não foi alcançada por todos os agricultores.

Os reflexos da modernização da agricultura fizeram com que os agricultores familiares, que não conseguiram acompanhar o processo, mas que sofreram suas consequências negativas, adotassem dinâmicas diferenciadas, a fim de manter-se no espaço rural. Este processo de exclusão gerado pela modernização da agricultura a levou à organização destes agricultores através de diversos movimentos sociais – que podem ser caracterizadas como novos usos políticos do território – reivindicando ações e políticas públicas mais adequadas a esta categoria social.

Historicamente, as políticas públicas de desenvolvimento rural voltavam-se especialmente aos grandes produtores e a determinados produtos agrícolas. Apoiava-se, sobretudo, a produção destinada à exportação e ao fornecimento de matérias-primas às agroindústrias. As políticas públicas específicas para a agricultura familiar surgiram a partir de 1990, com a criação do Pronaf que propõe aumentar a capacidade produtiva, através de novas alternativas e oportunidades capazes de garantir renda e a manutenção dos agricultores familiares no espaço rural.

Os agricultores familiares no município de Saudades criaram diversas práticas e alternativas, que se configuram como novos usos do território através de uma tentativa de romper com o domínio dos complexos agroindustriais e aumentar sua autonomia sobre a produção. No entanto, apesar destas novas alternativas, o território do município ainda é marcado pela forte presença da agroindústria de suínos, aves e fumo.

Embora os dados secundários e a pesquisa realizada junto às instituições financeiras apontem para o fato de o Pronaf estar reproduzindo, em grande medida, o uso do território muito mais próximo àquele preconizado pela modernização da agricultura, as

entrevistas junto aos agricultores familiares apontam que o programa possibilitou novos usos do território, pois o desenvolvimento de novas atividades nas propriedades só se efetivou através dos recursos provenientes do Pronaf.

Tais constatações permitem afirmar que o Pronaf vem possibilitando a diversificação da produção aos agricultores familiares do município, considerando que a maioria dos entrevistados se dedica a mais de uma atividade em seu estabelecimento agropecuário, e muitas destas atividades foram financiadas através do Pronaf. Podemos citar nesta oportunidade a piscicultura, a agroindústria familiar de panificação e estufas para produção de verduras.

Observamos um estímulo do Pronaf à produção de alimentos e atividades diversificadas, o que em alguma medida, contribui para práticas mais sustentáveis. Isso se dá através de financiamentos destinados a produção de frutas e verduras, a produção de leite, piscicultura e as agroindústrias familiares. Como apontou Campos (1999) um desenvolvimento rural sustentável, deve priorizar formas de produção e uso do território que ao mesmo tempo assegurem a manutenção social e econômica do agricultor familiar, mas também preservar e renovar os recursos naturais, bem como com a segurança alimentar e nutricional da população em geral. Nesse sentido, o Pronaf embora mostre avanços, ainda carece de estímulos e ações que fomentem práticas orgânicas, agroecológicas, tecnologias sociais, além de um maior incentivo às atividades dos jovens e das mulheres.

Podemos afirmar isso, considerando que os financiamentos concedidos para o cultivo de grãos e *commodities*, como o milho, a soja e o fumo, integram o padrão de desenvolvimento tecnológico e produtivista, que são responsáveis pela mercantilização dos agricultores familiares, pois conforme Gazolla (2004) acentua a especialização produtiva e mantém os agricultores familiares dependentes do crédito rural.

Para finalizar, o Pronaf está possibilitando novos usos do território por parte dos agricultores familiares no município de Saudades se analisarmos os casos isoladamente, considerando que apontamos propriedades que viabilizaram, através do Pronaf, novas atividades produtivas que até então não tinham sido exploradas, como no caso da piscicultura, produção de hortaliças e agroindústria familiar de panificação. No entanto, de maneira geral, cabe dizer que o programa não tem apoiado a diversificação nas propriedades, pois em grande medida tem financiado a produção de grão e atividades ligadas aos grandes Complexos Agroindustriais.



Quanto ao apoio do Pronaf à produção de alimentos e práticas mais sustentáveis de produção no espaço rural, observou-se que isso ocorre, mas não de maneira completa, pois de certa forma vem viabilizando a reprodução social e econômica do agricultor familiar, mas não tem assegurado à preservação dos recursos naturais e a produção de alimentos não vem sendo o principal destino de recursos no município.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

AGUIAR, Fábio Luiz de. **Juventudes de um Rural Catarinense: Trajetórias Cotidianas no Contexto da Agricultura Familiar**. 2006. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de pós-graduação em Educação. Florianópolis, 2006.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A Barbárie Moderna do Agronegócio versus a Agricultura Camponesa: Implicações Sociais e Ambientais”. **GeoGraphos**. Revista Digital para Estudantes de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. 3, n. 16, 2012.

CAMPOS, Ginez Leopoldo de. Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas. In: TEDESCO, João Carlos. [Org.] **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

FERRARI, Dilvan Luiz. **Agricultura Familiar, Trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2003.

FREDERICO, Samuel. Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o estado em áreas de cerrado. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 34, 2013. Número Especial, p. 46-61.

GUANZIROLI, Carlos. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun.2007

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. 306f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 1, p. 045-068, Jan/Mar, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2a ed. Campinas, Instituto de Economia (IE)/Unicamp, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, Jose; GROSSI, Mauro Del; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural Brasileiro. **Cadernos de Ciência e tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, p.37-67, jan./abr. 2002.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, n. 2, June 2014.

HESPANHOL, Rosangela A. de Medeiros. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, campus de Rio Claro.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano**. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

PLEIN, Clério. **As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã do Oeste, Santa Catarina**. 2003. 158f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2003.

RAMBO, Nestor Francisco. **As novas ruralidades e as recentes alternativas da agricultura familiar no município de Itapiranga (SC)**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.



SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território O Brasil e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**, São Paulo, Nobel, 2008.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, abril, n.16, p.164-184, 2001.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.) **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 21-49.

MATTEI, L. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados**. IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção: Belém, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Ano XVI – Nº 3 – Jul./Ago./Set. 2007.

VELOSO, Fernando. **Políticas públicas no município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2011.

WERLANG, Alceu Antônio. **A colonização as margens do rio Uruguai no extremo oeste catarinense: atuação da Cia Territorial Sul Brasil, 1925 a 1954**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de pós-graduação em história. Florianópolis, 1992.